



Advogado tem direito de fiscalizar trabalhos de CPI

17/03/2008

Qualquer pessoa que sofra investigação penal, policial ou parlamentar e seja convocada a depor tem, entre as várias prerrogativas que lhe são constitucionalmente asseguradas, o direito de permanecer em silêncio, de não produzir prova contra si e de ser representado por um advogado. O entendimento, já pacificado no Supremo Tribunal Federal, foi reafirmado pelo ministro **Celso de Mello** para garantir que sejam respeitados as garantias fundamentais de Carlos Ubiratan dos Santos no depoimento que ele presta nesta segunda-feira (17/3) à CPI do Detran/RS, instaurada pela Assembléia Legislativa gaúcha.

“Ninguém pode ser constrangido a confessar prática de ilícito penal”, afirmou Celso de Mello. O ministro foi ainda mais longe. Ao garantir que Ubiratan seja acompanhado por seu advogado durante o depoimento, afirmou que faz parte da atividade profissional da advocacia “o exercício do poder de fiscalizar eventuais abusos cometidos por CPI”. Segundo o ministro, o advogado “não pode ser cerceado na prática legítima de atos que visem neutralizar situações configuradas de arbítrio estatal ou de desrespeito aos direitos daquele que lhe outorgou pertinente mandato”.

A CPI do Detran/RS foi criada para investigar fraudes no sistema de obtenção e renovação de carteiras de motoristas. O suposto esquema de fraudes foi descoberto depois da Operação Rodin da Polícia Federal, deflagrada em 6 de novembro de 2007. Ubiratan já foi presidente do Detran gaúcho. Ele foi convocado a prestar depoimento e entrou com pedido de Habeas Corpus preventivo para ser assistido por seu advogado e exercer o direito de não se auto-incriminar. Também queria ficar livre de prestar o depoimento, mas esta parte do pedido foi negada pelo ministro Celso de Mello.

Quanto ao direito ao silêncio, o ministro afirmou que o Supremo Tribunal Federal, “fiel aos postulados constitucionais, enfatizou que qualquer indivíduo submetido a procedimentos investigatórios ou a processos judiciais de natureza penal tem dentre as várias prerrogativas que lhe são constitucionalmente asseguradas, o direito de permanecer calado. O direito ao silêncio — e de não produzir provas contra si próprio — constitui prerrogativa individual que não pode ser desconsiderada por qualquer dos Poderes da República”.

Para Celso de Mello, ignorar a regra constitucional do direito ao silêncio é revelar a “face arbitrária do Estado”. “Os princípios democráticos que informam o modelo constitucional

consagrado na Carta Política de 1988 repelem qualquer comportamento estatal que transgrida o dogma de que não haverá culpa penal por presunção, nem por responsabilidade criminal por mera suspeita”, considerou.

O ministro confirmou também o direito de o convocado a depor na CPI ser assistido por advogado. “Ao advogado incumbe neutralizar os abusos, fazer cessar o arbítrio, exigir respeito ao ordenamento jurídico e velar pela integridade das garantias jurídicas outorgadas àquele que lhe confiou a proteção de sua liberdade e de seus direitos, dentre os quais avultam, por sua inquestionável importância, a prerrogativa contra a auto-incriminação e o direito de não ser tratado, pelas autoridades públicas, como se culpado fosse, observando-se, desse modo, as diretrizes, previamente referidas, consagradas na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.”

“Os fins não justificam os meios. Há parâmetros ético-jurídicos que não podem e não dêem ser transpostos pelos órgãos, pelos agentes ou pelas instituições do Estado. Os órgãos do Poder Público, quando investigam, processam ou julgam, não estão exonerados do dever de respeitar os estritos limites da lei e da Constituição por mais graves que sejam os fatos cuja prática motivou a instauração do procedimento estatal”, afirmou Celso de Mello.

Separação de poderes

Celso de Mello ainda aproveitou o voto para lembrar os parlamentares que o poder não se exerce de forma ilimitada. “No Estado democrático de Direito, não há lugar para o poder absoluto.” O ministro afirmou que se a Constituição atribuiu às CPIs os mesmos poderes das autoridades judiciais, então os parlamentares estão igualmente sujeitos às mesmas restrições e limitações impostas pela lei.

“A função de investigar não pode resumir-se a uma sucessão de abusos nem deve reduzir-se a atos que importem em violação de direitos ou que impliquem desrespeito a garantias estabelecidas na Constituição e nas leis. O inquérito parlamentar, por isso mesmo, não pode transformar-se em instrumento de prepotência nem converter-se em meio de transgressão ao regime da lei”, ressaltou Celso de Mello.

Leia o voto

MED. CAUT. EM HABEAS CORPUS 94.082-0 RIO GRANDE DO SUL



RELATOR: MIN. CELSO DE MELLO

PACIENTE(S): CARLOS UBIRATAN DOS SANTOS

IMPETRANTE(S): MARCELO MACHADO BERTOLUCI E OUTRO(A/S)

COATOR(A/S)(ES): RELATORA DO HABEAS CORPUS Nº 102328 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EMENTA: COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI) INSTAURADA PELA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. “CPI DO DETRAN/RS”. PRIVILÉGIO CONSTITUCIONAL CONTRA A AUTO-INCRIMINAÇÃO: GARANTIA BÁSICA QUE ASSISTE À GENERALIDADE DAS PESSOAS. A PESSOA SOB INVESTIGAÇÃO (PARLAMENTAR, POLICIAL OU JUDICIAL) NÃO SE DESPOJA DOS DIREITOS E GARANTIAS ASSEGURADOS PELA CONSTITUIÇÃO E PELAS LEIS DA REPÚBLICA. DIREITO À ASSISTÊNCIA EFETIVA E PERMANENTE POR ADVOGADO: UMA PROJEÇÃO CONCRETIZADORA DA GARANTIA CONSTITUCIONAL DO “DUE PROCESS OF LAW”. A PRIMAZIA DA “RULE OF LAW”. A PARTICIPAÇÃO DOS ADVOGADOS PERANTE AS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO E O NECESSÁRIO RESPEITO ÀS PRERROGATIVAS PROFISSIONAIS DESSES OPERADORES DO DIREITO (MS 25.617/DF, REL. MIN. CELSO DE MELLO, DJU 03/11/2005, V.G.). O POSTULADO DA SEPARAÇÃO DE PODERES E A LEGITIMIDADE CONSTITUCIONAL DO CONTROLE, PELO JUDICIÁRIO, DAS FUNÇÕES INVESTIGATÓRIAS DAS CPIs, SE E QUANDO EXERCIDAS DE MODO ABUSIVO. DOUTRINA. PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. MEDIDA CAUTELAR DEFERIDA.

DECISÃO: Trata-se de “habeas corpus” preventivo, com pedido de medida cautelar, impetrado contra decisão emanada de eminente Ministra de Tribunal Superior da União, que, em sede de outra ação de “habeas corpus” ajuizada perante o Superior Tribunal de Justiça (HC 102.328/RS), extinguiu, liminarmente, o próprio processo de “habeas corpus” (fls. 25/27).

Presente tal contexto, impende verificar, desde logo, se a situação processual versada nestes autos justifica, ou não, o afastamento, sempre excepcional, da Súmula 691/STF.

Como se sabe, o Supremo Tribunal Federal, ainda que em caráter extraordinário, tem admitido o afastamento, “hic et nunc”, da Súmula 691/STF, em hipóteses nas quais a decisão questionada divirja da jurisprudência predominante nesta Corte ou, então, veicule situações configuradoras de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade (HC 85.185/SP, Rel.



Min. CEZAR PELUSO - **HC 86.634-MC/RJ**, Rel. Min. CELSO DE MELLO - **HC 86.864-MC/SP**, Rel. Min. CARLOS VELLOSO - **HC 87.468/SP**, Rel. Min. CEZAR PELUSO - **HC 89.025-MC-AgR/SP**, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA - **HC 90.112-MC/PR**, Rel. Min. CEZAR PELUSO, v.g.).

Parece-me que a situação exposta **nesta** impetração ajusta-se às hipóteses que autorizam a superação do obstáculo representado pela Súmula 691/STF.

O **presente** “*habeas corpus*” preventivo objetiva preservar o “*status libertatis*” do ora paciente, **convocado** a depor na “*CPI do DETRAN/RS*” **em sessão** a ser realizada **no próximo** dia 17 de março.

Busca-se, com a presente ação de “*habeas corpus*”, **a obtenção** de provimento jurisdicional **que assegure**, cautelarmente, ao ora paciente, **(a) o direito de ser assistido** por seu Advogado **e de com este comunicar-se durante** o curso de seu depoimento **perante** a referida Comissão Parlamentar de Inquérito **e (b) o direito de exercer** o privilégio constitucional **contra** a auto-incriminação, **sem** que se possa adotar, **contra** o ora paciente, como consequência **do regular** exercício dessa especial prerrogativa jurídica, **qualquer** medida restritiva de direitos **ou** privativa de liberdade, **não podendo**, ainda, esse **mesmo** paciente, **ser obrigado** “a prestar e assinar termo de compromisso como testemunha” (fls. 23).

Passo a apreciar o pedido de medida liminar formulado nesta sede processual.

E, ao fazê-lo, **defiro** a postulação em causa, **nos termos referidos** no parágrafo anterior (“a” e “b”), **notadamente para o fim de assegurar**, ao ora paciente, **além do direito** de ser assistido **e** de comunicar-se com o seu advogado, **também o direito de permanecer** em silêncio **e de não produzir** provas contra si próprio, **se e quando** inquirido sobre fatos cujo esclarecimento **possa importar** em sua auto-incriminação, **sem dispensá-lo**, contudo, **da obrigação de comparecer** perante a Comissão Parlamentar de Inquérito do DETRAN/RS.

CPI E O PRIVILÉGIO CONSTITUCIONAL CONTRA A AUTO-INCRIMINAÇÃO.

Tenho enfatizado, em decisões proferidas no Supremo Tribunal Federal, **a propósito** da prerrogativa constitucional **contra** a auto-incriminação (**RTJ 176/805-806**, Rel. Min. CELSO DE MELLO), **e com apoio** na jurisprudência **prevalecente** no âmbito desta Corte, **que assiste**, a **qualquer** pessoa, **regularmente** convocada para depor perante Comissão Parlamentar de

Inquérito, **o direito** de se manter em silêncio, **sem** se expor – **em virtude** do exercício **legítimo** dessa faculdade – a **qualquer** restrição em sua esfera jurídica, **desde** que as suas respostas, às indagações que lhe venham a ser feitas, **possam acarretar-lhe** grave dano (“*Nemo tenetur se detegere*”).

É que indiciados **ou** testemunhas **dispõem**, em nosso ordenamento jurídico, **da prerrogativa** contra a auto-incriminação, **consoante** tem proclamado a **jurisprudência constitucional** do Supremo Tribunal Federal (**RTJ 172/929-930**, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE – **RDA 196/197**, Rel. Min. CELSO DE MELLO – **HC 78.814/PR**, Rel. Min. CELSO DE MELLO, **v.g.**).

Cabe acentuar que o privilégio contra a auto-incriminação – que é plenamente invocável perante as Comissões Parlamentares de Inquérito (OVÍDIO ROCHA BARROS SANDOVAL, “**CPI ao Pé da Letra**”, p. 64/68, itens ns. 58/59, 2001, Millennium; UADI LAMMÊGO BULOS, “**Comissão Parlamentar de Inquérito**”, p. 290/294, item n. 1, 2001, Saraiva; NELSON DE SOUZA SAMPAIO, “**Do Inquérito Parlamentar**”, p. 47/48 e 58/59, 1964, Fundação Getúlio Vargas; JOSÉ LUIZ MÔNACO DA SILVA, “**Comissões Parlamentares de Inquérito**”, p. 65 e 73, 1999, Ícone Editora; PINTO FERREIRA, “**Comentários à Constituição Brasileira**”, vol. 3, p. 126-127, 1992, Saraiva, **v.g.**) – **traduz** direito público subjetivo, de estatura constitucional, **assegurado a qualquer pessoa** pelo art. 5º, inciso LXIII, da nossa Carta Política.

Convém assinalar, neste ponto, que, “*Embora aludindo ao **preso**, a interpretação da regra constitucional **deve** ser no sentido de que a garantia abrange **toda e qualquer pessoa**, pois, diante da **presunção de inocência**, que também constitui garantia fundamental do cidadão (...), a prova da culpabilidade **incumbe** exclusivamente à acusação*” (ANTÔNIO MAGALHÃES GOMES FILHO, “**Direito à Prova no Processo Penal**”, p. 113, item n. 7, 1997, RT – **grifei**).

É por essa razão que o **Plenário** do Supremo Tribunal Federal **reconheceu** esse direito **também em favor** de quem presta depoimento **na condição de testemunha**, advertindo, então, que “*Não configura o crime de falso testemunho, quando a pessoa, **depondo como testemunha, ainda que compromissada**, deixa de revelar fatos **que possam incriminá-la***” (**RTJ 163/626**, Rel. Min. CARLOS VELLOSO – **grifei**).

Com o explícito reconhecimento dessa prerrogativa, **constitucionalizou-se**, em nosso sistema jurídico, **uma das mais expressivas** consequências derivadas da cláusula do “*due process of law*”.

Qualquer pessoa que sofra investigações penais, policiais **ou parlamentares**, ostentando, **ou não**, a condição formal de indiciado – **ainda** que convocada como testemunha (**RTJ 163/626** –

RTJ 176/805-806) -, **possui**, dentre as várias **prerrogativas** que lhe são **constitucionalmente** asseguradas, **o direito de permanecer em silêncio e de não produzir provas** contra si própria, **consoante reconhece a jurisprudência** do Supremo Tribunal Federal (RTJ 141/512, Rel. Min. CELSO DE MELLO).

Esse direito, na realidade, **é plenamente oponível** ao Estado, **a qualquer** de seus Poderes e aos seus respectivos agentes e órgãos. **Atua**, nesse sentido, **como poderoso fator de limitação** das próprias atividades de investigação e de persecução desenvolvidas pelo Poder Público (Polícia Judiciária, Ministério Público, Juízes, Tribunais **e Comissões Parlamentares de Inquérito**, p. ex.).

Cabe registrar que a cláusula legitimadora **do direito ao silêncio**, ao explicitar, **agora em sede constitucional**, o postulado **segundo o qual** “*Nemo tenetur se detegere*”, **nada mais fez** senão consagrar, desta vez no âmbito do sistema normativo instaurado pela Carta da República de 1988, **diretriz fundamental** proclamada, **desde 1791**, pela **Quinta Emenda** que compõe o “*Bill of Rights*” norte-americano.

Na realidade, **ninguém pode ser constrangido** a confessar a prática de um ilícito penal (HC 80.530-MC/PA, Rel. Min. CELSO DE MELLO). **Trata-se de prerrogativa**, que, **no autorizado magistério** de ANTÔNIO MAGALHÃES GOMES FILHO (“**Direito à Prova no Processo Penal**”, p. 111, item n. 7, 1997, RT), “*constitui uma decorrência natural do próprio modelo processual paritário, no qual seria inconcebível que uma das partes pudesse compelir o adversário a apresentar provas decisivas em seu próprio prejuízo (...)*”.

O direito de o indiciado/acusado (ou testemunha) **permanecer em silêncio** – consoante **proclamou** a Suprema Corte dos Estados Unidos da América, em **Escobedo v. Illinois** (1964) e, **de maneira mais incisiva**, em **Miranda v. Arizona** (1966) – **insere-se no alcance concreto** da cláusula constitucional **do devido processo legal**.

A importância de tal entendimento firmado **em Miranda v. Arizona** (1966) **assumiu** tamanha significação **na prática** das liberdades constitucionais nos Estados Unidos da América, **que a Suprema Corte** desse país, em julgamento **mais** recente (2000), **voltou a reafirmar** essa “*landmark decision*”, **assinalando** que as diretrizes **nela** fixadas (“*Miranda warnings*”) – **dentre as quais** se encontra a **prévia** cientificação **de que ninguém** é obrigado a confessar **ou** a responder a **qualquer** interrogatório – **exprimem** interpretação do próprio “*corpus*” constitucional, **como advertiu** o então “*Chief Justice*” William H. Rehnquist, **autor** de tal decisão, **proferida**, por 07 (sete) votos a 02 (dois), no caso **Dickerson v. United States** (530 U.S. 428, 2000), **daí resultando**, como **necessária** consequência, **a intangibilidade** desse precedente, **insuscetível de ser derogado** por legislação **meramente** ordinária **emanada** do Congresso americano (“... *Congress may not legislatively supersede our decisions interpreting and applying the Constitution ...*”).

Cumpre lembrar, bem por isso, **que o Pleno** do Supremo Tribunal Federal, **ao julgar o HC 68.742/DF**, Rel. p/ o acórdão Min. ILMAR GALVÃO (DJU de 02/04/93), **também reconheceu que o réu não pode**, em virtude do princípio constitucional **que protege qualquer** acusado **ou** indiciado **contra** a auto-incriminação, **sofrer**, em função **do legítimo exercício** desse direito, **restrições** que afetem o seu “*status poenalis*”.

Esta Suprema Corte, **fiel aos postulados constitucionais** que expressivamente delimitam o círculo de atuação das instituições estatais, **ênfaticamente que qualquer indivíduo** submetido a procedimentos investigatórios **ou** a processos judiciais de natureza penal **“tem, dentre as várias prerrogativas que lhe são constitucionalmente asseguradas, o direito de permanecer calado. ‘Nemo tenetur se detegere’**. Ninguém pode ser constrangido a confessar a prática de um ilícito penal” (RTJ 141/512, Rel. Min. CELSO DE MELLO).

Em suma: o direito ao silêncio – **e de não produzir** provas **contra** si próprio – **constitui** prerrogativa individual **que não pode** ser desconsiderada **por qualquer** dos Poderes da República.

Cabe enfatizar, por necessário – **e como natural decorrência** dessa insuprimível prerrogativa constitucional – **que nenhuma conclusão desfavorável ou qualquer restrição** de ordem jurídica à situação individual da pessoa **que invoca essa cláusula de tutela pode ser extraída** de sua válida e legítima **opção pelo silêncio. Daí a grave – e corretíssima – advertência** de ROGÉRIO LAURIA TUCCI (“Direitos e Garantias Individuais no Processo Penal Brasileiro”, p. 370, item n. 16.3, 2ª ed., 2004, RT), para quem **o direito de permanecer calado “não pode importar em desfavorecimento do imputado, até porque consistiria inominado absurdo entender-se que o exercício de um direito, expresso na Lei das Leis como fundamental do indivíduo, possa acarretar-lhe qualquer desvantagem”**.

Esse mesmo entendimento é perfilhado por ANTÔNIO MAGALHÃES GOMES FILHO (“Direito à Prova no Processo Penal”, p. 113, item n. 7, nota de rodapé n. 67, 1997, RT), **que repele**, por **incompatíveis** com o **novo** sistema constitucional, **quaisquer** disposições legais, prescrições regimentais **ou práticas estatais** que autorizem inferir, do exercício do direito ao silêncio, **inaceitáveis consequências prejudiciais** à defesa, aos direitos e aos interesses do réu, do indiciado **ou** da pessoa meramente investigada, **tal como** já o havia proclamado este Supremo Tribunal Federal, **antes da edição** da Lei nº 10.792/2003, que, **dentre** outras modificações, **alterou** o art. 186 do CPP:

“Interrogatório - Acusado - Silêncio. A parte final do artigo 186 do Código de Processo Penal, no sentido de o silêncio do acusado poder se mostrar contrário aos respectivos interesses, não foi recepcionada pela Carta de 1988, que, mediante o preceito do inciso LVIII do artigo 5º, dispõe sobre o direito de os acusados, em geral, permanecerem calados (...).”

(RTJ 180/1125, Rel. Min. MARCO AURÉLIO – grifei)

No sistema jurídico brasileiro, **estruturado** sob a égide do regime democrático, **não existe** qualquer possibilidade de o Poder Público (uma Comissão Parlamentar de Inquérito, **p. ex.**), **por simples presunção** ou com fundamento em **meras suspeitas**, reconhecer, **sem** prévia decisão judicial condenatória **irrecorrível**, a culpa de alguém.

Na realidade, **os princípios democráticos** que informam o modelo constitucional **consagrado** na Carta Política de 1988 **repelem** qualquer comportamento estatal **que transgrida** o dogma de que **não haverá** culpa penal por presunção, **nem** responsabilidade criminal por mera suspeita (**RT** 690/390 – **RT** 698/452-454).

É por essa razão que “**Não podem repercutir contra o réu situações jurídico-processuais ainda não definidas por decisão irrecorrível do Poder Judiciário, especialmente naquelas hipóteses de inexistência de título penal condenatório definitivamente constituído**” (**RTJ** **139/885**, Rel. Min. CELSO DE MELLO).

Não constitui demasia enfatizar, neste ponto, que o princípio constitucional da não-culpabilidade **também consagra**, em nosso sistema jurídico, **uma regra de tratamento que impede** o Poder Público **de agir e de se comportar**, em relação ao suspeito, ao indiciado, ao denunciado, ao réu **ou** a qualquer pessoa, **como se estes** já houvessem sido condenados **definitivamente** por sentença do Poder Judiciário.

Em suma: cabe ter presente, no exame da matéria ora em análise, **a jurisprudência constitucional** que **tem** prevalecido, **sem** maiores disceptações, **no âmbito** do Supremo Tribunal Federal:

“– **O privilégio contra a auto-incriminação** – que é **plenamente** invocável perante as Comissões Parlamentares de Inquérito – **traduz** direito público subjetivo **assegurado a qualquer pessoa**, que, **na condição** de testemunha, de indiciado ou de réu, **deva prestar depoimento** perante órgãos do Poder Legislativo, do Poder Executivo ou do Poder Judiciário.

– O exercício do direito de permanecer em silêncio **não autoriza** os órgãos estatais a dispensar qualquer tratamento que implique restrição à esfera jurídica daquele que regularmente invocou essa prerrogativa fundamental. **Precedentes.**

O direito ao silêncio – enquanto poder jurídico reconhecido a qualquer pessoa relativamente a perguntas cujas respostas possam incriminá-la (**nemo tenetur se detegere**) – **impede**, quando concretamente exercido, que aquele que o invocou venha, **por tal específica razão**, a ser

preso, ou ameaçado de prisão, pelos agentes ou pelas autoridades do Estado.

*- **Ninguém pode ser tratado como culpado**, qualquer que seja a natureza do ilícito penal cuja prática lhe tenha sido atribuída, **sem que exista**, a esse respeito, decisão judicial condenatória **transitada em julgado**.*

*O princípio constitucional da não-culpabilidade, em nosso sistema jurídico, **consagra uma regra de tratamento que impede** o Poder Público de agir **e** de se comportar, em relação ao suspeito, ao indiciado, ao denunciado ou ao réu, como se estes já houvessem sido condenados definitivamente por sentença do Poder Judiciário. **Precedentes**."*

(RTJ 176/805-806, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Pleno)

A PARTICIPAÇÃO DO ADVOGADO PERANTE A COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO.

Impende assinalar, de outro lado, **tendo em vista** o pleito deduzido **em favor** do ora paciente - **no sentido de que se lhe assegure** o direito de ser assistido por seu Advogado **e** de com este comunicar-se **durante** o curso de seu depoimento **perante** a "CPI do DETRAN/RS" -, **que cabe, ao Advogado, a prerrogativa**, que lhe é dada por força e autoridade da lei, **de velar pela intangibilidade** dos direitos **daquele** que o constituiu como **patrono** de sua defesa técnica, **competindo-lhe**, por isso mesmo, para o **fiel** desempenho do "*munus*" de que se acha incumbido, o exercício dos **meios legais** vocacionados à **plena** realização de seu **legítimo** mandato profissional.

Na realidade, **mesmo** o indiciado, **quando submetido** a procedimento inquisitivo, de caráter unilateral (**perante** a Polícia Judiciária **ou** uma CPI, **p. ex.**), **não se despoja** de sua condição **de sujeito** de determinados direitos **e** de garantias indisponíveis, **cujo desrespeito** põe em evidência a censurável **face arbitrária** do Estado cujos poderes, necessariamente, **devem conformar-se** ao que **impõe** o ordenamento positivo da República, **notadamente** no que se refere à efetiva **e** permanente assistência técnica por Advogado.

Esse entendimento - **que reflete** a própria jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, **construída** sob a égide **da vigente** Constituição (**MS 23.576/DF**, Rel. Min. CELSO DE MELLO, **DJU** 07/12/99 **e** **DJU** 03/02/2000 - **MS 23.684/DF**, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, **DJU** 10/05/2000 - **MS 25.617-MC/DF**, Rel. Min. CELSO DE MELLO, **DJU** 03/11/2005, **v.g.**) -

encontra apoio na lição de autores eminentes, que, **não desconhecendo** que o exercício do poder **não autoriza** a prática do arbítrio, **ainda** que se cuide de mera **investigação** conduzida **sem** a garantia do contraditório, **ênfatizam** que, **em tal** procedimento inquisitivo, **há direitos** titularizados pelo indiciado **que não podem ser ignorados** pelo Estado.

Cabe referir, nesse sentido, **dentre** outras lições **inteiramente aplicáveis** às Comissões Parlamentares de Inquérito, **o autorizado magistério** de FAUZI HASSAN CHOUKE (“**Garantias Constitucionais na Investigação Criminal**”, p. 74, item n. 4.2, 1995, RT), de ADA PELLEGRINI GRINOVER (“**A Polícia Civil e as Garantias Constitucionais de Liberdade**”, “*in*” “A Polícia à Luz do Direito”, p. 17, 1991, RT), de ROGÉRIO LAURIA TUCCI (“**Direitos e Garantias Individuais no Processo Penal Brasileiro**”, p. 383, 1993, Saraiva), de ROBERTO MAURÍCIO GENOFRE (“**O Indiciado: de Objeto de Investigações a Sujeito de Direitos**”, “*in*” “Justiça e Democracia”, vol. 1/181, item n. 4, 1996, RT), de PAULO FERNANDO SILVEIRA (“**Devido Processo Legal - Due Process of Law**”, p. 101, 1996, Del Rey), de ROMEU DE ALMEIDA SALLES JUNIOR (“**Inquérito Policial e Ação Penal**”, p. 60/61, item n. 48, 7ª ed., 1998, Saraiva) e de LUIZ CARLOS ROCHA (“**Investigação Policial - Teoria e Prática**”, p. 109, item n. 2, 1998, Saraiva).

Assume inquestionável valor, bem por isso, **presente** o contexto ora em análise (**direitos** do indiciado **e prerrogativas profissionais** do Advogado perante a CPI), **a lição** de ODACIR KLEIN (“**Comissões Parlamentares de Inquérito - A Sociedade e o Cidadão**”, p. 48/49, item n. 4, 1999, Sergio Antonio Fabris Editor), **que tanta expressão deu**, quando membro do Congresso Nacional, à atividade legislativa:

“O texto constitucional consagra o princípio de que ninguém é obrigado a se auto-incriminar.

*Dessa forma, **estará agindo no mínimo autoritariamente** quem, participando de uma CPI, **negar** o direito ao silêncio à pessoa que possa ser responsabilizada ao final da investigação.*

Em seu interrogatório, o indiciado **terá que ser tratado** sem agressividade, truculência ou deboche, por quem o interroga diante da imprensa e sob holofotes, já que a exorbitância da função de interrogar está coibida pelo art. 5º, III, da Constituição Federal, que prevê que ‘ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante’.

Aquele que, numa CPI, **ao ser interrogado**, for injustamente atingido em sua honra ou imagem, poderá pleitear judicialmente indenização por danos morais ou materiais, neste último

caso, se tiver sofrido prejuízo financeiro em decorrência de sua exposição pública, tudo com suporte no disposto na Constituição Federal, em seu art. 5º, X.

.....

Na condição de indiciado, terá direito à assistência de advogado, garantindo-se ao profissional, com suporte no art. 7º da Lei 8.906/94 – Estatuto da Advocacia e da OAB – comparecer às reuniões da CPI (VI, d), nelas podendo reclamar, verbalmente ou por escrito, contra a inobservância de preceito de lei, regulamento ou regimento (XI).” (grifei)

Extremamente oportunas, sob tal aspecto, ***as observações*** feitas pelo ilustre Advogado paulista e ex-Secretário da Justiça do Estado de São Paulo, Dr. MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA (“As CPIs e a Advocacia”, “in” “O Estado de S. Paulo”, edição de 05/12/99, p. A22):

“Nem se diga, no lastimável argumento repugnante à inteligência e comprometedor do bom senso, que a presença ativa dos advogados nas sessões das CPIs frustraria os seus propósitos investigatórios. Fosse assim, tampouco chegariam a termo as averiguações policiais; ou os inquéritos civis conduzidos pelo Ministério Público; ou, ainda, as inquirições probatórias administradas pelo Judiciário. Com plena razão, magistrados, promotores e delegados jamais alegaram a Advocacia como obstáculo, bem ao contrário, nela enxergando meio útil à descoberta da verdade e à administração da Justiça.” (grifei)

Registre-se, ainda, por necessário, que, se é certo que a Constituição atribuiu às CPIs “os poderes de investigação próprios das autoridades judiciais” (CF, art. 58, § 3º), não é menos exato que os órgãos de investigação parlamentar estão igualmente sujeitos, tanto quanto os juízes, às mesmas restrições e limitações impostas pelas normas legais e constitucionais que regem o “due process of law”, mesmo que se cuide de procedimento instaurado em sede administrativa ou político-administrativa, de tal modo que se aplica às CPIs, em suas relações com os Advogados, o mesmo dever de respeito – cuja observância também se impõe aos Magistrados (e a este Supremo Tribunal Federal, inclusive) – às prerrogativas profissionais previstas no art. 7º da Lei nº 8.906/94, que instituiu o “Estatuto da Advocacia”, tal como tive o ensejo de proclamar em decisão proferida nesta Suprema Corte (HC 88.015-MC/DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO).

O Advogado – ao cumprir o dever de prestar assistência técnica àquele que o constituiu, dispensando-lhe orientação jurídica perante **qualquer** órgão do Estado – converte, a sua atividade profissional, **quando exercida com independência e sem indevidas restrições, em prática inestimável de liberdade**. **Qualquer** que seja o espaço institucional de sua atuação (**Poder Legislativo**, Poder Executivo **ou** Poder Judiciário), ao Advogado incumbe neutralizar os abusos, fazer cessar o arbítrio, exigir respeito ao ordenamento jurídico **e velar** pela integridade das garantias jurídicas – legais ou constitucionais – outorgadas àquele que lhe confiou a proteção de sua liberdade e de seus direitos, **dentre os quais** avultam, por sua inquestionável importância, a prerrogativa contra a auto-incriminação **e o direito de não ser tratado**, pelas autoridades públicas, como se culpado fosse, observando-se, desse modo, as diretrizes, previamente referidas, **consagradas** na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

Se, não obstante essa realidade normativa que emerge do sistema jurídico brasileiro, a Comissão Parlamentar de Inquérito – ou **qualquer** outro órgão posicionado na estrutura institucional do Estado – desrespeitar tais direitos que assistem à generalidade das pessoas, justificar-se-á, em tal específica situação, a intervenção, sempre legítima, do Advogado, para fazer cessar o ato arbitrário **ou**, então, para impedir que aquele que o constituiu culmine por auto-incriminar-se.

O exercício do poder de fiscalizar eventuais abusos cometidos por Comissão Parlamentar de Inquérito **contra** aquele que por ela foi convocado para depor traduz prerrogativa indisponível do **Advogado** no desempenho de sua atividade profissional, não podendo, por isso mesmo, ser cerceado, injustamente, na prática legítima de atos que visem a neutralizar situações configuradoras de arbítrio estatal **ou** de desrespeito aos direitos daquele que lhe outorgou o pertinente mandato.

A função de investigar não pode resumir-se a uma sucessão de abusos nem deve reduzir-se a atos que importem em violação de direitos **ou** que impliquem desrespeito a garantias estabelecidas na Constituição e nas leis. **O inquérito parlamentar**, por isso mesmo, não pode transformar-se em instrumento de prepotência nem converter-se em meio de transgressão ao regime da lei.

Os fins não justificam os meios. **Há parâmetros ético-jurídicos que não podem e não devem** ser transpostos pelos órgãos, pelos agentes **ou** pelas instituições do Estado. Os órgãos do Poder Público, quando investigam, processam **ou** julgam, não estão exonerados do dever de respeitar os **estritos** limites da lei **e** da Constituição, **por mais graves** que sejam os fatos cuja prática motivou a instauração do procedimento estatal.

CONTROLE JURISDICIONAL E SEPARAÇÃO DE PODERES.

Nem se diga, de outro lado, na perspectiva do caso em exame, que a atuação do Poder Judiciário, nas hipóteses de lesão, atual **ou** iminente, a direitos subjetivos amparados pelo ordenamento jurídico do Estado, configuraria intervenção ilegítima dos juízes e Tribunais na esfera de atuação do Poder Legislativo.

Eventuais divergências na interpretação do ordenamento positivo não traduzem nem configuram situação de conflito institucional, especialmente porque, **acima** de qualquer dissídio, **situa-se a autoridade** da Constituição **e** das leis da República.

Isso significa, na fórmula política do regime democrático, que nenhum dos Poderes da República **está acima** da Constituição **e** das leis. Nenhum órgão do Estado – situe-se ele no Poder Judiciário, **ou** no Poder Executivo, **ou** no Poder Legislativo – é imune à força da Constituição **e** ao império das leis.

Uma decisão judicial – que restaura a integridade da ordem jurídica **e que torna efetivos** os direitos assegurados pelas leis – não pode ser considerada um ato de interferência na esfera do Poder Legislativo, consoante já proclamou o Plenário do Supremo Tribunal Federal, em **unânime** decisão:

“O CONTROLE JURISDICIONAL DE ABUSOS PRATICADOS POR COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO NÃO OFENDE O PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DE PODERES.

*– A **essência** do postulado da divisão funcional do poder, **além** de derivar da necessidade de **conter** os excessos dos órgãos que compõem o aparelho de Estado, **representa** o princípio conservador das liberdades do cidadão e **constitui** o meio mais adequado para tornar efetivos e reais os direitos e garantias proclamados pela Constituição.*

***Esse princípio**, que tem assento no art. 2º da Carta Política, **não pode constituir nem qualificar-se** como um **inaceitável** manto protetor de comportamentos abusivos e arbitrários, **por parte** de qualquer agente do Poder Público **ou** de qualquer instituição estatal.*

– **O Poder Judiciário**, quando intervém **para assegurar** as franquias constitucionais **e para garantir** a integridade e a supremacia da Constituição, **desempenha**, de maneira plenamente legítima, as atribuições **que lhe conferiu a própria** Carta da República.

O regular exercício da função jurisdicional, por isso mesmo, **desde** que pautado pelo **respeito** à Constituição, **não transgride** o princípio da separação de poderes.

Desse modo, **não se revela lícito afirmar**, na hipótese **de desvios jurídico-constitucionais** nas quais incida uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que o exercício da atividade de controle jurisdicional possa traduzir situação de ilegítima interferência na esfera de **outro** Poder da República.”

(RTJ 173/805-810, **806**, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

A exigência de respeito aos princípios consagrados em nosso sistema constitucional **não** frustra **nem** impede o exercício pleno, **por qualquer CPI**, dos poderes investigatórios de que se acha investida.

A observância dos direitos e garantias constitui fator de legitimação da atividade estatal. **Esse dever de obediência** ao regime da lei **se impõe a todos** – magistrados, administradores e legisladores.

O poder **não** se exerce de forma ilimitada. No Estado democrático de Direito, **não há lugar para o poder absoluto**.

Ainda que em seu próprio domínio institucional, portanto, **nenhum órgão estatal pode**, legitimamente, **pretender-se superior ou supor-se fora** do alcance da autoridade suprema da Constituição Federal **e** das leis da República.

O respeito efetivo pelos direitos individuais **e** pelas garantias fundamentais outorgadas pela ordem jurídica aos cidadãos em geral **representa**, no contexto de nossa experiência institucional, **o sinal mais expressivo e o indício mais veemente** de que se **consolida**, em nosso País, de maneira real, o **quadro democrático** delineado na Constituição da República.

A separação de poderes – consideradas as circunstâncias históricas **que justificaram** a sua concepção no plano da teoria constitucional – **não pode ser jamais invocada** como princípio destinado a frustrar a **resistência jurídica** a qualquer ensaio de opressão estatal **ou a inviabilizar a oposição** a qualquer tentativa de comprometer, **sem justa causa, o exercício**, pela pessoa **que sofre** a investigação, **do seu direito de requerer** a tutela jurisdicional **contra abusos** que possam ser cometidos pelas instituições do Estado, **não importando se vinculadas à estrutura do Poder Legislativo**, do Poder Executivo **ou** do Poder Judiciário.

A investigação parlamentar, judicial **ou** administrativa de **qualquer** fato determinado, **por mais grave** que ele possa ser, **não prescinde** do respeito incondicional e necessário, **por parte** do órgão público dela incumbido, **das normas**, que, **instituídas** pelo ordenamento jurídico, **visam a equacionar**, no contexto do sistema constitucional, **a situação de contínua tensão dialética** que deriva do antagonismo histórico **entre** o poder do Estado (que **jamais** deverá revestir-se de caráter ilimitado) **e** os direitos da pessoa (que **não** poderão impor-se de forma absoluta).

É, portanto, na Constituição **e** nas leis – **e não na busca pragmática de resultados**, independentemente da **adequação** dos meios à disciplina **imposta** pela ordem jurídica – **que se deverá promover a solução do justo equilíbrio** entre as **relações de tensão** que emergem do estado de permanente conflito entre o princípio da autoridade **e** o valor da liberdade.

O que simplesmente se revela intolerável, e **não** tem sentido, **por divorciar-se** dos padrões ordinários de submissão à “*rule of law*”, **é a sugestão** – **que seria paradoxal, contraditória e inaceitável** – de que o respeito pela autoridade da Constituição e das leis possa traduzir fator ou elemento de frustração da eficácia da investigação estatal.

Sendo assim, tendo em consideração as razões expostas, **e sem dispensar o ora paciente da obrigação de comparecer** perante a “*CPI do DETRAN/RS*”, **defiro** o pedido de medida liminar, **nos precisos** termos expostos **nesta** decisão, **em ordem a assegurar**, cautelarmente, a esse **mesmo** paciente, **(a) o direito de ser assistido** por seu Advogado **e de com este comunicar-se durante** o curso de seu depoimento **perante** a referida Comissão Parlamentar de Inquérito **e (b) o direito de exercer** o privilégio constitucional **contra** a auto-incriminação, **sem** que se possa adotar, **contra** o paciente em questão, como consequência **do regular exercício** dessa especial prerrogativa jurídica, **qualquer** medida restritiva de direitos **ou** privativa de liberdade, **não podendo**, ainda, tal paciente, **ser obrigado** “a prestar e assinar termo de compromisso como testemunha” (fls. 23).



Comunique-se, **com urgência**, o teor deste ato decisório, ao eminente Senhor Presidente da “*CPI do DETRAN/RS*”, **instaurada** no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

Publique-se.

Brasília, 14 de março de 2008 (**22:20h**).

Ministro CELSO DE MELLO

Relator

Fonte: https://conjur.jumps.com.br/2008-mar-17/advogado_direito_fiscalizar_trabalhos_cpi/